

DOCUMENTOS DE
DINAMIZAÇÃO
ECONÔMICA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Secretaria de Desenvolvimento Territorial

REFERÊNCIAS PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA NOS TERRITÓRIOS RURAIS

01



EXPEDIENTE

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Guilherme Cassel

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Daniel Maia

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Rolf Hackbart

Secretário de Agricultura Familiar

Adoniran Sanches Peraci

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Secretário de Desenvolvimento Territorial

Humberto Oliveira

Elaboração Técnica: *Regilane Fernandes e Vital de Carvalho Filho*

Coordenação editorial: *Marta Moraes*

Fotos: *Eduardo Aigner, Ubirajara Macedo e Arquivo Ascom/MDA*

Revisão: *Denise Goulart*

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: *AR Design*

Impressão: *Êxito Gráfica e Editora*

Tiragem: 1.000 exemplares

DECOOP/SDT (Coordenações de Cooperativismo, Negócios e Comércio)

Vital de Carvalho Filho

Benedito Castro Filho

Elânia Gonçalves Duarte

Eriberto Buchmann

Flávio Melo Luna

Jean Medaets

José Clóvis Lunardi

Kleber Pettan

Lucia Tereza Rosário Ribeiro

Luis Fernando Tividini de Oliveira

Luiz Carlos da Silva

Marli Nunes Bianna

Marta Moraes

Otávio Caetano Santos

Paulo Roberto Silva

Raquel Carvalho

Regilane Fernandes

Rodrigo Pires

Sérgio Mariane

Brasília- Novembro/2010

Endereço

DECOOP - SBN, Q.01, Bl D, Ed. Palácio do Desenvolvimento, 20º andar

CEP: 70057-900 - Brasília(DF)

Telefones: (61) 2020-0273/ 0275 | 2020-0505

decoop@mda.gov.br

www.mda.gov.br





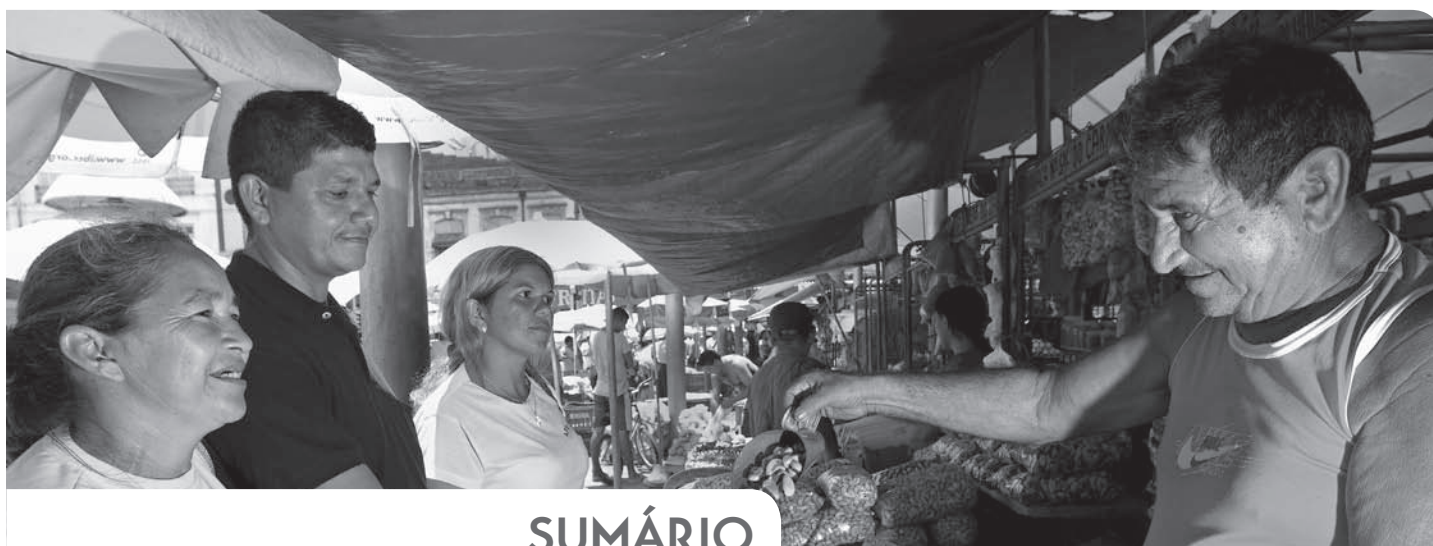
APRESENTAÇÃO

O presente texto não tem a pretensão de ser um extenso e profundo documento reflexivo sobre a proposta de dinamização econômica que permeia o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais Sustentáveis (Pro-nat), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. É, no entanto, um ensaio para se pensar os caminhos de abordagem deste que tem sido um dos mais desafiantes temas no âmbito dos Colegiados Territoriais.

Vem, propositalmente, colocado numa linguagem simples e, de certa forma, bem pragmática, na intenção de registrar uma sequência lógica de pensamentos para a compreensão da proposta de dinamização econômica desenvolvida, dentro da SDT, pelas Coordenações de Cooperativismo, Negócios e Comércio.

Espera-se que esse documento sirva de insumo para debates por diversos agentes de desenvolvimento territorial.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	03
I. ELEMENTOS SOBRE A ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	07
1.1 A Secretaria de Desenvolvimento Territorial e os resultados focais para o Desenvolvimento Rural Sustentável.....	07
1.2. O Colegiado Territorial como instância de gestão e o PTDRS como instrumento para o desenvolvimento sustentável	07
1.3. Projetos como instâncias de materialização das ações e de democratização do exercício da gestão social	08
II. A ESTRATÉGIA DE APOIO À DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DE TERRITÓRIOS RURAIS	09
2.1. Elementos de reflexão sobre a dinâmica da economia nos Territórios.....	09
2.2. A dinamização econômica na perspectiva da sustentabilidade	10
2.3. As estratégias de dinamização econômica dos Territórios na política de desenvolvimento sustentável.....	12
2.4. Os instrumentos para operacionalização das ações de apoio	13
2.5. O papel dos colegiados na gestão do desenvolvimento econômico solidário dos Territórios.....	15
III. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	17





ELEMENTOS SOBRE A ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

1.1 A Secretaria de Desenvolvimento Territorial e os resultados focais para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Quando a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, ainda em 2003, decidiu orientar sua prática a partir de quatro grandes áreas de resultados, não pensou ser este apenas um exercício de orientação interna de suas ações. Pretendia, também, socializar com o conjunto de órgãos colegiados e com todos os agentes envolvidos na proposta, aqueles que podem ser tomados como temas de referência para uma nova práxis no fomento ao desenvolvimento sustentável: Gestão Social, Redes Sociais de Cooperação, Articulação de Políticas e Dinamização Econômica de Territórios Rurais.

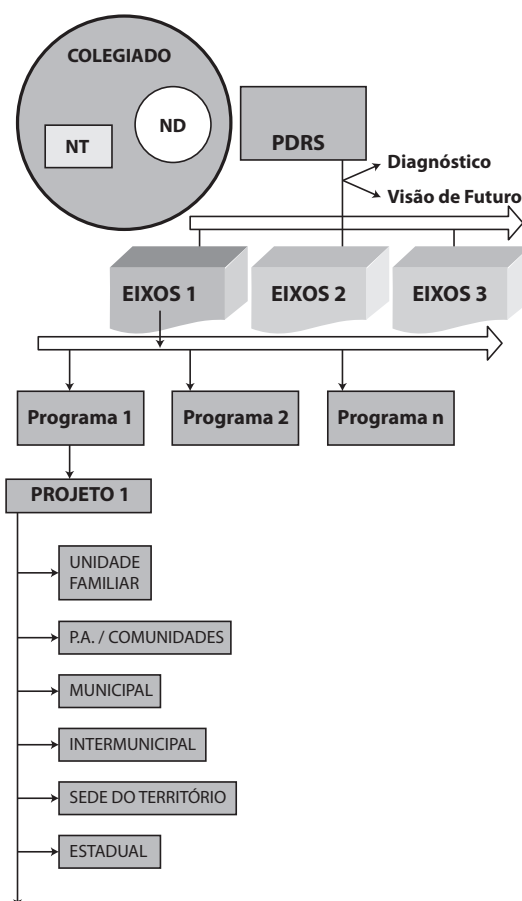
1.2. O Colegiado Territorial como instância de gestão e o PTDRS como instrumento para o desenvolvimento sustentável

O Colegiado Territorial constitui-se, então, como espaço privilegiado onde esses temas e, suas con-

sequentes ações, se inter-relacionam, se complementam, se articulam na formulação de propostas e estratégias para o Desenvolvimento Sustentável. A lógica é que as práticas da gestão social, da atuação em redes sociais, da articulação de política e da dinamização econômica encontrem no PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) o instrumento para materializar sua capacidade de pensar estratégica, de organizar suas demandas, de priorizar, propor, executar e monitorar projetos que potencializem resultados nessas áreas.

Tendo como estruturas estratégicas de apoio os Núcleos Técnicos e Dirigentes, os Codeters (Colegiados de Desenvolvimento Territorial), a partir do diagnóstico da realidade local e do desenho da visão de futuro, organizam as prioridades territoriais em função de eixos, programas e projetos que traduzem as dinâmicas dos diversos subespaços e atores articulados: unidade familiar; comunidades; municípios; espaços intermunicipais; espaços interterritoriais e estaduais, conforme se visualiza na figura a seguir.

ESTRUTURA LÓGICA DE ORGANIZAÇÃO DO PTDRS



1.3. Projetos como instâncias de materialização das ações e de democratização do exercício da gestão social

Se, por um lado, os programas organizam demandas afins dentro de eixos prioritários, cada conjunto de projetos, respondendo a um programa específico, constitui a instância em que os sonhos e desejos expressos no PTDRS se concretizam em ações (educativas, produtivas, organizativas).

Por serem os projetos o que mais concretamente chega às menores unidades espaciais dos Territórios (propriedades familiares, áreas de assentamento, comunidades quilombolas etc.), são eles que possibilitam de forma mais explícita e próxima da realidade dos(as) agricultores(as) o exercício da gestão e controle social do desenvolvimento sustentável no meio rural.

Se analisarmos um PTDRS, veremos que a grande maioria dos projetos priorizados está na dimensão produtiva em suas mais diversas facetas: organização da produção; ampliação qualitativa e quantitativa do potencial produtivo territorial; agregação de valor; comercialização etc.

Numa visão holística do desenvolvimento, é possível conceber que, diferentemente de modelos tradicionais que permearam o passado recente do país, a economia perde sua centralidade no desenvolvimento sustentável, por ser concebida como uma das, mas não a mais determinante, dimensões a serem trabalhadas. Entretanto, não se pode desconsiderar o peso que as políticas econômicas têm sobre os rumos do desenvolvimento em qualquer espaço de referência. Nessa perspectiva, os projetos produtivos vêm ganhando olhar especial na priorização de ações dos Colegiados Territoriais.

A meta será, então, garantir que o volume de recursos e energias aplicadas em programas/projetos de enfoque produtivo possa contribuir para resultados mais eficientes, eficazes e efetivos de dinamização econômica, tendo como pano de fundo o aumento do poder de governança dos agricultores(as) familiares.

Mas, de que estamos falando quando pensamos em Territórios de Economia Dinamizada? O que pode ser tomado como elementos indicativos do nível de dinamização da economia territorial?

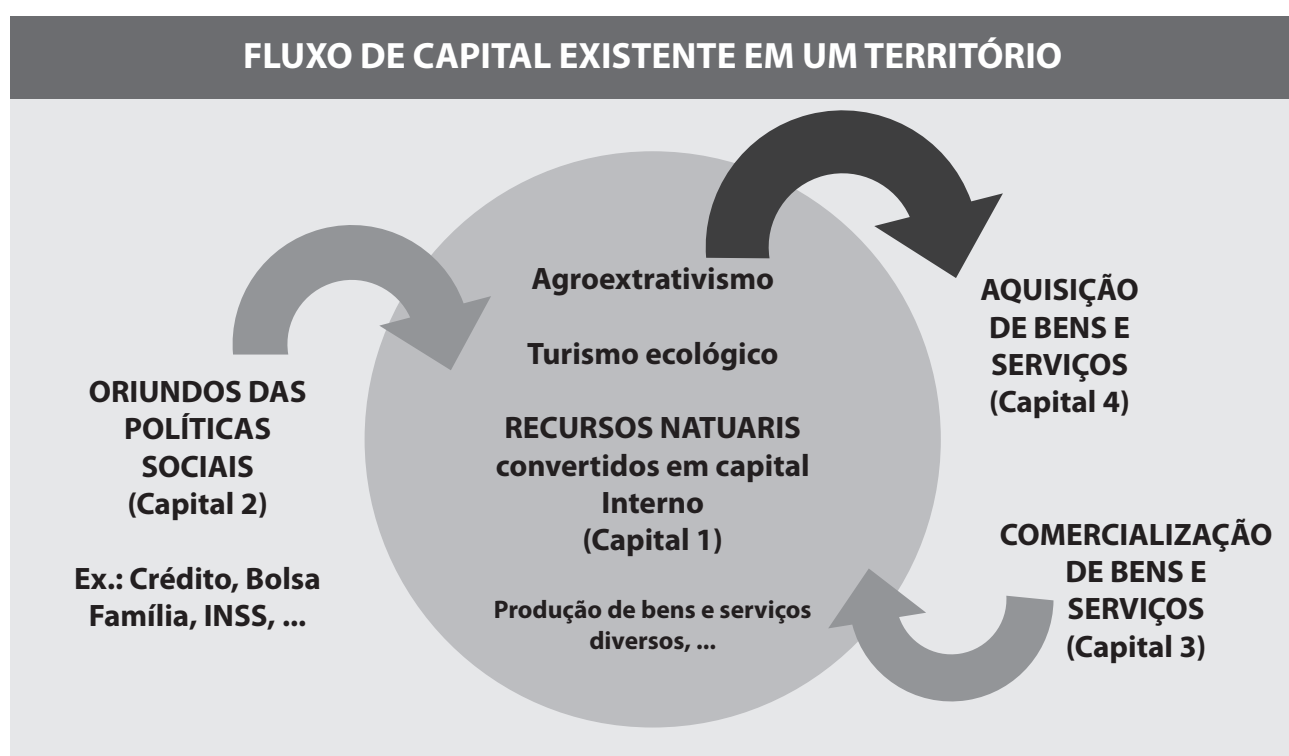


A ESTRATÉGIA DE APOIO À DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA DE TERRITÓRIOS RURAIS

2.1. Elementos de reflexão sobre a economia dos Territórios

Numa visão mais simples, podemos pegar alguns conceitos da economia clássica para entender estágios de dinâmicas econômicas de um Território Rural. Para

ilustrar a compreensão, vamos tomar como ponto de partida o diagrama abaixo, que expressa o fluxo de capital existente em um Território. É necessário considerar, porém, que, grosso modo, vamos enfatizar a entrada e saída de recursos de maior expressividade para o conjunto de agricultores familiares.



Há pelo menos três tipos de capital com o qual podemos contar para pensar a dinâmica econômica de um Território. O primeiro é o capital interno, ou os recursos naturais convertidos em produção de bens e serviços. O segundo são os recursos que entram no Território a partir das políticas sociais, com destaque para o Bolsa Família e a aposentadoria/INSS. Um terceiro recurso é aquele oriundo dos processos de comercialização dos bens e serviços produzidos no Território por mercados externos a ele.

Existe ainda outro tipo de recurso que circula a vida econômica do Território, que são os recursos de saída, ou seja, os recursos que escoam para mercados externos na forma da aquisição de bens e serviços ofertados fora dos limites territoriais.

Um dos aspectos fundamentais para se verificar o nível de dinamização de uma economia territorial é a avaliação do balanço no fluxo de capital. Suas informações são resultantes da mensuração do equilíbrio entre as entradas e saídas de recursos.

$$\underbrace{1 + 2 + 3}_{\text{Entradas}} - \underbrace{4}_{\text{Saídas}} =$$

- Se resultado for > que zero = balanço positivo
- Se resultado for < ou igual a zero = balanço negativo ou estagnado

Quanto maior o nível de importação dos bens e serviços necessários ao consumo interno do Território, maior o nível de dependência à economia extraterritorial; menor o dinamismo interno; menor o índice de soberania territorial.

Dinamizar a economia local significa, portanto, garantir ao menos duas questões básicas:

1) Equilíbrio na balança

Minimizar as saídas: ampliando os potenciais produtivos internos, garantindo mecanismos em que se encontrem dentro do Território os bens e serviços demandados pelo mercado consumidor interno.

Otimizar as entradas: desenvolvendo-se mecanismos em que os recursos das políticas sociais e das relações comerciais externas estabelecidas possam ser potencializadores da organização social e produtiva necessária, para ampliação dos fluxos internos de produção/ comercialização/consumo.

2) Circulação de capital interno

Adotar mecanismos em que a redução do fluxo migratório e a retenção de riquezas para dentro do próprio Território (desenvolvimento endógeno) possibilitem a democratização do acesso aos meios de produção, ampliando o número de empreendimentos e, por conseguinte, à geração de renda e reprodução da vida. Lembrando que, neste ponto, fecha-se um ciclo virtuoso do processo produtivo que leva à soberania territorial, onde: quanto maior o fluxo de capital interno, mais se potencializa a produção, mais se aumenta a capacidade de abastecimento interno, mais se aumentam as possibilidades de acesso ao consumo para as populações locais e mais se geram excedentes financeiros para a ampliação da geração de renda.

2.2. A dinamização econômica na perspectiva da sustentabilidade

Todavia, até aqui, trabalhamos princípios básicos da economia tradicional. Para alavancar desenvolvimento em plataformas de sustentabilidade, é fundamental que se constituam ou se articulem novos paradigmas qualificadores e reorientadores das políticas de fomento.

Na proposta de Desenvolvimento Sustentável, os referenciais teóricos e metodológicos pautam-se na articulação de pelo menos três importantes dimensões que atestam sustentabilidade: a ambiental, a social e a econômica, cujas concepções orientadoras encontram-se traduzidas para a Política de Desenvolvimento Rural a partir dos seguintes elementos:

1) NA DIMENSÃO AMBIENTAL: orienta-se pelas concepções e práticas do manejo sustentável, este, por sua vez, caracterizado por:

- priorização de sistemas de produção que garantam a possibilidade de um manejo adequado do que se tem e conservação dos recursos naturais (fortalecimento das práticas agroecológicas, biodinâmicas e outras correlatas);
- adoção de estudos e pesquisas sobre impactos ambientais como instrumentos orientadores das tomadas de decisões das ações prioritárias e formas de implementação das mesmas para o desenvolvimento.

2) NA DIMENSÃO SOCIAL: orienta-se pelos princípios e práticas da gestão social, compreendendo-se que o desenvolvimento sustentável só se faz com um amplo processo de envolvimento e participação dos segmentos representativos da sociedade no processo de planejamento, implementação e controle social sobre as ações de desenvolvimento. A gestão social caracteriza-se, dentre outras coisas:

- pelo exercício da autonomia e da participação dos grupos sociais envolvidos, que tem no Colegiado Territorial o espaço de maior referência; pela articulação dos sujeitos individuais e coletivos envolvidos nos processos produtivos (grupos informais, associações, cooperativas etc.) nos mais diversos níveis de atuação: seja na dinâmica interna do grupo (organização de trabalho, de uso de materiais, espaços, equipamentos, na comercialização etc.); seja na articulação do grupo com outros temas, atores e processos que compõem a realidade local; seja no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos/ações de apoio;
- pela capacidade de reflexão da realidade e proposição de políticas públicas e ações coletivas para superação das problemáticas territoriais;
- pela capacidade de acompanhamento e controle do que está posto (políticas, programas, ações em funcionamento).

3) NA DIMENSÃO ECONÔMICA: tem como referencial conceitual e metodológico os princípios, valores e práticas da economia solidária, especialmente pela defesa do trabalho coletivo pautado na organização autogestionária (articulando ações que a partir do exercício/prática da autogestão dos empreendimentos os(as) produtores(as) ampliem gradativamente suas capacidades para a dimensão da gestão social), na divisão solidária da renda gerada, na relação de equilíbrio entre os processos produtivos (articulando-se aqui com as questões do equilíbrio ambiental).

A economia solidária caracteriza-se, essencialmente:

- pela construção de relações mais justas e solidárias nas práticas de produção, comercialização e consumo;
- pela organização do trabalho coletivo na for-

ma de autogestão do empreendimento, valorizando e inserindo cada indivíduo nas especificidades de suas contribuições individuais, gerando um ambiente grupal de integração e complementaridade para o bem viver coletivo;

- pela divisão justa e solidária da renda gerada. Por práticas de comercialização pautadas nas relações de comércio justo e solidário, incluindo aqui questões relativas a preço justo, satisfação mútua de necessidades, consumo responsável etc.;
- pelo estabelecimento de relações dentro e fora dos empreendimentos pautadas nos valores da cooperação, solidariedade, reciprocidade;
- pela democratização de conhecimentos, informações, tecnologias, equipamentos, estruturas de produção e dos produtos e serviços oriundos do trabalho coletivo;
- pela formação de redes de cooperação como estratégia de dinamizar o acesso às ações de produção, consumo e comercialização, bem como mecanismo para ampliar a participação no exercício da autogestão e da gestão social do desenvolvimento sustentável.

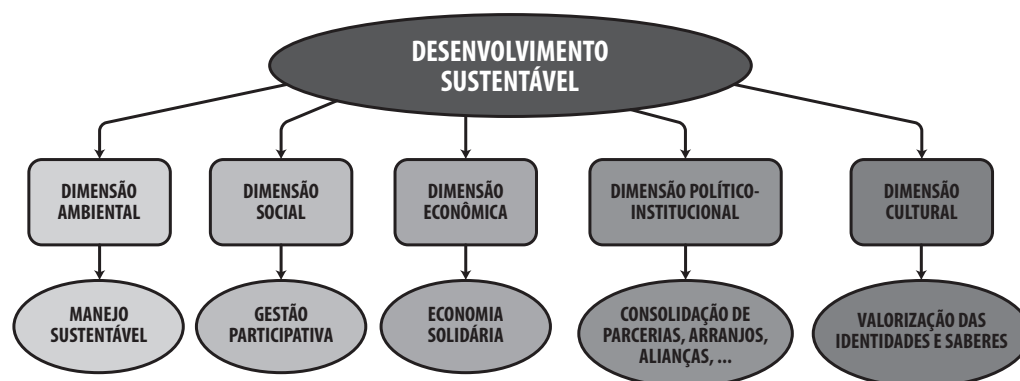
4) NA DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: foca-se no estabelecimento de processos de articulação política necessários para que as coisas aconteçam (convergência de interesses, consertação em relação a pontos estratégicos, unificação de pensamentos divergentes etc.). Estabelecimento de arranjos e alianças que conformem uma estrutura organizacional que permita a implementação das ações prioritizadas (estruturação, reestruturação e criação de estruturas socioeconômicas articuladas – associações, sindicatos, cooperativas e outras formas organizacionais).

5) NA DIMENSÃO CULTURAL: pauta-se na valorização e ressignificação dos valores culturais e práticas vivenciadas coletivamente; nas trocas de saberes; na valorização do patrimônio histórico e humano como bens culturais específicos e na perspectiva de continuidade dessas práticas para que outras gerações tenham acesso ou possam reinventá-las. Nesse sentido, identifica, evidencia e fortalece as comunidades e grupos tradicionais dentro dos Territórios, considerando a diversidade de grupos étnicos e geracionais existentes e suas contribui-

ções específicas para um processo de planejamento e desenvolvimento do Território numa dinâmica mais harmônica com a multiplicidade de sujeitos, interesses e relações existentes. A cultura e suas manifestações se coloca então como elemento de complementaridade e fortalecimento do senso de pertencimento fundamental para que os diversos sujeitos apropriem-se do desenvolvimento territo-

rial como processo sobretudo de responsabilidade e potencialidade coletiva.

Em síntese, é possível definir e/ou visualizar o marco conceitual e metodológico do Desenvolvimento Rural Sustentável enquanto projeto político de fomento ao Desenvolvimento de Territórios de Identidade, expresso no seguinte esquema:



Entretanto, não é o suficiente considerar as dimensões postas; há que se primar pela interdependência entre elas, sob o risco de, conforme vemos na figura abaixo, tendermos para uma correlação parcial de elementos que não trabalham a totalidade da concepção do desenvolvimento em bases sustentáveis. Somente no ponto da exata intercessão entre as dimensões é que reside a sustentabilidade da Política de Desenvolvimento Territorial.

2.3. As estratégias de dinamização econômica dos Territórios na Política de Desenvolvimento Sustentável

Nessa perspectiva, pensar uma estratégia para o apoio à dinamização econômica dos Territórios Rurais a partir das concepções adotadas pela SDT/MDA, parte dos seguintes pressupostos:

- adoção de uma proposta metodológica que contribua para o aperfeiçoamento do PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável);
- que evidencie e fortaleça o papel do Colegiado Territorial na gestão dos processos de dinamização econômica;
- que responda às vocações e potencialidades econômicas da Agricultura Familiar no Território (a partir dos apontamentos feitos em estudos e diagnósticos);
- que viabilize resultados concretos de fortale-

cimento da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas territoriais.

As práticas de fomento, o diálogo aberto e intermitente com o conjunto de Colegiados Territoriais e outros atores envolvidos na política, os acúmulos conceituais e metodológicos participativamente construídos ao longo desses anos de governo permitem pensar a política de apoio pautada em sete estratégias fundamentais para o Desenvolvimento Econômico Solidário de Territórios Rurais Sustentáveis (ou, simplesmente, para a dinamização econômica dos Territórios na perspectiva da sustentabilidade):

1) Fortalecimento e ampliação do cooperativismo: através do Programa Coopersol (Programa de Fortalecimento do Cooperativismo Solidário) e seus temas transversais (Marco Legal/Lei do Cooperativismo); SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo); criação do Conselho Nacional de Cooperativismo; e assessoria ao movimento apoia-se a prática cooperativista em seus diferentes ramos:

- cooperativismo de crédito;
- cooperativismo de produção (bens e serviços);
- cooperativismo de comercialização;
- cooperativismo de consumo.

2) Fortalecimento e ampliação de redes sociais com foco econômico: estimulando a organização ou ampliação de redes de colaboração voltadas às práticas produtivas, comerciais e de consumo, dentre as quais, é possível citar:

- redes de cooperativas e empreendimentos solidários;
- redes de assessoramento técnico (bases de serviço);
- redes de feiras;
- redes de agroindústria.

3) Ampliação do acesso aos meios de produção e comercialização: com apoio à aquisição de estruturas e equipamentos adequados para organização da produção; melhoramento produtivo e ampliação da comercialização:

- estruturas de beneficiamento (agroindústrias, casas de mel, casas de farinha);
- infraestrutura de armazenamento (entrepósitos, câmaras frias);
- logística de transportes;
- espaços físicos de comercialização (feiras, centrais de comercialização, mercados públicos, quiosques da agricultura familiar, lojas solidárias etc.).

4) Qualificação e ampliação do assessoramento técnico: com apoio ao desenvolvimento e/ou disseminação de conhecimentos tecnológicos e sociais que ampliem as condições de inserção dos produtos da agricultura familiar e economia solidária em mercados diversos (varejista, atacadista, mercados institucionais, compras públicas etc.):

- assessoramento via bases de serviço (de comercialização, crédito e cooperativadas);
- assessoramento via contratação de consultorias especializadas/específicas.

5) Articulação de políticas de fomento à comercialização: apoio no acesso a conhecimentos e mecanismo de inserção e integração das políticas, com destaque para:

- comercialização;
- crédito, fundos solidários etc.;
- aquisições públicas (PAAs, alimentação escolar etc.);
- ATER/ATES;
- apoio à constituição de Secafes (Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária),

que vêm provocando a construção de políticas estaduais, regionais e nacionais de fomento;

- integração de empreendimentos rurais ao SNCJS (Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário).

6) Formação sistêmica e continuada para agentes de desenvolvimento econômico solidário: desenvolvimento de um programa formativo em temas específicos ao cooperativismo (de crédito/ produção/ comercialização/consumo) e fortalecimento das práticas de desenvolvimento econômico solidário, com destaque para as ações de:

- ampliação do quadro nacional de consultores em comercialização solidária;
- capacitação das BSCs – Bases de Serviço (de Comercialização, de Crédito e Cooperativadas);
- capacitação dos empreendimentos cooperativos.

7) Fortalecimento da gestão social das políticas de desenvolvimento econômico solidário: no intuito de massificar os conhecimentos e estratégias em dinamização econômica dos Territórios, viabiliza-se apoio à formação e/ou articulação de instâncias estratégicas ligadas aos Colegiados Territoriais, que contribuam nas pautas, estudos e tomadas de decisões sobre a dimensão produtiva das propostas de desenvolvimento.

Dentre algumas instâncias possíveis, destacam-se:

- Comitês Temáticos;
- Redes Socioeconômicas;
- Grupos de Interesses;
- Arranjos Institucionais.

2.4. Os instrumentos para operacionalização das ações de apoio

Ao longo desses cinco anos, a SDT, através de suas Gerências de Cooperativismo, Negócios e Comércio (mais recentemente transformadas em Coordenações de Cooperativismo, Negócios e Comércio – Decoop), vem desenvolvendo uma diversidade de instrumentos para operacionalização das ações de apoio à dinamização econômica dos Territórios.

Confira abaixo os principais instrumentos disponibilizados.

- **EPE – Estudo de Potencialidades Econômicas:** se consideramos os estudos propositivos realizados no início da organização dos Territórios, bem como as próprias informações dispostas no PTDRS no que concerne à dimensão econômica do desenvolvimento, constatamos que algumas informações são frágeis, desatualizadas e parciais. O aprimoramento das mesmas influi na própria qualificação do PTDRS. O EPE constitui-se então no instrumento que dá elementos para fundamentar os documentos que formarão os Planos Territoriais (PTDRSs) e os produtos ligados à dinamização econômica, à organização das cadeias produtivas, ao fortalecimento do cooperativismo, tais como os PTCs (Planos Territoriais de Cadeias Produtivas), as BSCs, os Secafes etc. Auxilia ainda o processo de atualização do diagnóstico, visão de futuro e definição dos eixos estratégicos.
- **Monitoramento de projetos:** frequentemente, o acompanhamento de projetos vem sendo destacado como um dos principais desafios para o exercício do controle social por parte dos Colegiados Territoriais. Os projetos produtivos surgem como prioridade número 1, dado o expressivo volume de recursos que envolvem. Nessa perspectiva, vêm sendo desenvolvidas ferramentas e ações de monitoramento de projetos produtivos, cuja intenção extrapola a garantia de acompanhamento da gestão pública sobre os resultados de seus investimentos; mas, sobretudo, fortalece a capacidade de gestão e controle social dos agentes territoriais sobre os processos de promoção do Desenvolvimento Territorial.
- **PNE – Plano de Negócio dos Empreendimentos:** comumente, encontramos nos Territórios projetos socioeconômicos que apresentam profundos desafios na sua gestão e nas estratégias de viabilidade. O PNE apresenta-se como o instrumento que coloca uma lupa sobre as unidades produtivas, fortalecendo os(as) agricultores familiares em sua capacidade de planejamento e gestão dos empreendimentos.
- **PTCP – Planos Territoriais de Cadeias Produtivas:** a partir da diferenciação dos eixos estratégicos dos PTDRSs, vão sendo desenhados os projetos. Todavia, de um modo geral, observam-se inúmeras contradições nos projetos propostos (alguns são fictícios, contraditórios, incoerentes, frágeis, inviáveis, sobrepostos) e sem uma relação mais forte com o PTDRS. Os PTCs possibilitam a organização das cadeias com foco no fortalecimento da organização cooperativa dos(as) produtores(as) da agricultura familiar, contribuindo para a qualificação de projetos produtivos e orientações para a viabilidade de suas implementações.
- **PST – Plano Safra Territorial:** é o grande instrumento organizador das demandas de crédito através do qual é possível articular temas essenciais para o fortalecimento dos empreendimentos rurais na dinâmica dos Territórios, como, por exemplo, a assistência técnica permanente e de qualidade e a pesquisa. A perspectiva é de que a partir dos PSTs possam se criar Sistemas Territoriais de ATER (criar algo mais territorial de definição do recurso da ATER e do desenho da ATER).
- **Promoção de marcas e produtos (Feiras/Eventos/Comunicação):** os produtos da Agricultura Familiar carecem de estratégias e espaços próprios de visibilidade e prospecção de mercado. As ações de promoção são organizadas a partir dos projetos que viabilizam construção de canais de divulgação e inserção dos produtos em espaços de comercialização (feiras dentro e fora do Brasil; eventos e espaços territoriais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais; produção de vídeos, folders, revistas e outros materiais de divulgação).
- **Estudos/consultorias específicas:** o conjunto de organizações de produtores(as) apresenta demandas e necessidades específicas para as quais muitas vezes não se encontram nos Territórios a oferta dos serviços necessários, estudos e consultorias especializadas/específicas são viabilizadas, visando ao apoio aos empreendimentos rurais em processos específicos como definição de marcas para os produtos da Agricultura Familiar, estudos de viabilidade econômica, assessoramento em novas tecnologias sociais e de produção etc.

- **Redes sociais econômicas:** a otimização de estruturas, potencialidades locais e espaços de articulação impacta maiores resultados, tanto para os projetos como para o exercício da gestão social. A promoção dessa teia de articulações passa pela criação, ampliação e/ou fortalecimento das redes de colaboração, através das quais se pretende fortalecer as institucionalidades locais e suas capacidades de influência no Desenvolvimento Territorial visando à sustentabilidade da política de DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável).
- **BSCs – Bases de Serviço de Comercialização, Crédito e Cooperativadas:** para a inserção sustentável dos produtos da agricultura familiar e economia solidária no mercado, os empreendimentos produtivos precisam dispor de um conjunto de serviços de assessoramento. As Bases de Serviço constituem-se nos instrumentos através dos quais se pode operar mais eficientemente no apoio aos empreendimentos rurais para a ampliação de sua capacidade de gestão dos agricultores familiares nas funções produtivas e comerciais dos seus negócios de forma solidária.
- **Secafes – Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária:** na preocupação de dinamizar o conjunto de iniciativas e demandas existentes de forma a dar maiores resultados na geração de renda, os Secafes são estruturados fundamentalmente a partir da atuação em rede das Bases de Serviço em Comercialização. Os Secafes possibilitam pensar e trabalhar a dinamização econômica numa dimensão mais ampla, que articule as diversas possibilidades e potencialidades de mercado intra e interterritórios, articulando-se estes com a escala estadual. A organização das estratégias de prospecção de mercados para os produtos da agricultura familiar e economia solidária, na forma de sistemas estaduais, possibilita ainda uma tomada de decisão mais estratégica quanto aos investimentos em projetos de infraestrutura demandados pelos Territórios.
- **Formação de agentes de desenvolvimento**

econômico solidário: o sucesso e continuidade da política de Desenvolvimento Rural Sustentável estão intrinsecamente relacionados com o fortalecimento do conjunto de capacidades locais. No tema desenvolvimento econômico solidário, a formação de agentes toma dimensões prioritárias quando nos deparamos com o grande volume de demandas de assessoramento (produtivo e de gestão) que demandam os projetos territoriais. Nessa perspectiva, vem sendo trabalhada a construção de uma proposta formativa que esteja alinhada com a política nacional da SDT. Desde 2007, priorizou-se o foco em cooperativismo e comercialização com vistas à criação e/ou fortalecimento das capacidades locais nestes temas específicos.

- **Cooperativismo/associativismo:** o fortalecimento do conjunto de organizações de produtores deve ser o centro das discussões de dinamização econômica. O cooperativismo apresenta-se como estrutura estratégica através da qual se torna mais viável o desenvolvimento das ações produtivas e comerciais dos agricultores familiares e seus empreendimentos.

É importante lembrar que alguns desses instrumentos assumem caráter de ações complementares e transversais, tais como: o Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento; os eventos de promoção de produtos; os estudos/consultorias especializados; e o fortalecimento de Redes.

Entretanto, é importante destacar que esse conjunto de instrumentos e ações só tem sentido e ganha escala nos resultados de impacto se forem organizados, implementados e adotados pelos Territórios considerando os PTDRSs e a construção/consolidação dos Colegiados Territoriais como grande pano de fundo.

2.5. O papel dos colegiados na gestão do desenvolvimento econômico solidário dos Territórios

É nessa perspectiva que se resgata aqui o importante papel dos Colegiados na gestão do desenvolvimento econômico solidário dos Territórios, com especial atenção para a:

- articulação e coordenação dos temas/ações

de dinamização, trazendo os diversos sujeitos que trabalham com os temas para junto de si;

- garantia de que o PTDRS traduza e oriente a proposta de dinamização econômica;
- garantia de que os projetos priorizados materializem a proposta de dinamização econômica (articular os já existentes e influenciar os novos projetos);
- garantia da gestão social através de processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação das ações.

Para tanto, a SDT aposta na constituição de Comitês Temáticos, Redes Econômicas, Grupos de Interesses e Arranjos Produtivos vinculados aos Colegiados Territoriais, como estruturas de apoio para a articulação e coordenação desses temas e ações dentro do Codeter.

Para garantir a organização das ações e oferta de apoios necessários para o desenvolvimento de toda essa proposta de Dinamização Econômica para o Desenvolvimento Rural Sustentável, a SDT constituiu, a partir de 2008, um Departamento de Cooperativismo, Associativismo, Negócios e Comércio, composto de duas gerências distintas (Gerência de Associativismo e Cooperativismo; Gerência de Negócios e Comércio), através do qual se organizam as seguintes estruturas de apoio:

- Nacional – equipe composta por profissionais, e eventualmente consultores(as) contratados(as), ligados ao Decoop;
- Estadual – delegacias do MDA (uma em cada estado), articuladores (em média, um em cada estado e um em cada Território, totalizando uma rede em torno de 180 articuladores), articuladores em dinamização (um em cada estado, totalizando uma equipe de 27 consultores) e entidades parceiras;
- Territorial – Bases de Serviço de Comercialização, de Crédito e Cooperativadas; entidades de assessoria em temas específicos, como: juventude, mulheres, agroecologia etc.





CONSIDERAÇÕES GERAIS

3

O apoio à dinamização econômica de Territórios Rurais apresenta uma estratégia que vem, ao longo dos anos de execução do Pronat, passando por constantes processos de aperfeiçoamento, em função da própria dinâmica da realidade dos Territórios.

Apesar de se identificarem estágios bastante diferenciados de compreensão, apropriação e implementação, a estratégia está presente em todos os Territórios Rurais abrangidos pela ação da SDT; bem como em alguns Territórios Rurais de atuação de governos estaduais que adotaram a abordagem territorial como estratégia de implementação de políticas para a agricultura familiar.

Hoje, é possível identificar nos Territórios importantes resultados e ações alavancadas a partir de processos desencadeados com a implementação dos instrumentos propostos pelo Decoop (Coordenações de Cooperativismo, Negócios e Comércio) da SDT, tais como:

- o planejamento de cadeias produtivas prioritárias para os Territórios, oportunizando decisões e pactuações estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar, tanto no

âmbito dos Colegiados Territoriais como no âmbito da relação institucional entre governo do estado e os diversos ministérios envolvidos, especialmente no Programa Territórios da Cidadania;

- o planejamento de negócio dos empreendimentos, oportunizando fortalecimento da capacidade organizativa dos(as) agricultores familiares em torno de suas atividades produtivas e comerciais; em alguns casos, contribuindo para a aproximação de empreendimentos na perspectiva de uma maior articulação desses em rede;
- o assessoramento aos empreendimentos garantido pela ação das Bases de Serviço (BSCs), oportunizando a ampliação do acesso a mercados; com destaque especial para os resultados que se vem logrando frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- o fortalecimento do Cooperativismo Solidário e da Economia Solidária, em especial a partir do apoio às grandes redes e movimen-

tos organizados no Brasil, tais como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Associação Nacional de Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), a Cooperativa Sem Fronteiras no Brasil, a Rede de Empreendimentos no Comércio Justo e Solidário (Ecojus), a Plataforma de Articulação do Comércio Justo e Solidário (Faces do Brasil), dentre outras;

- o processo de articulação de políticas de fomento à comercialização (formação, feiras, espaços e estruturas diversas, dentre outras), alavancado pelos processos de constituição dos Sistemas Estaduais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Secafes);
- o fortalecimento a novas práticas de produção, consumo, comercialização, tanto pelo estímulo à incorporação de práticas voltadas à agroecologia, agricultura orgânica e biodinâmica, como pela valorização dos saberes e práticas de comunidades tradicionais que se articulam nacional e internacionalmente com o Movimento Slow Food, dialogando com os processos de fortalecimento da agrobiodiversidade.

Existe um trabalho de articulação que resultou no envolvimento direto de mais de cem entidades parceiras em todo o Brasil, implementando, de maneira integrada e articulada, os processos, ações e instrumentos aqui mencionados. Essas entidades possuem recursos disponibilizados pela SDT, que, somados às suas expertises institucionais, permitirão a continuidade do trabalho e dos resultados, de maneira a criar um ambiente técnico-político-institucional mais favorável à sustentabilidade da estratégia de dinamização econômica aqui descrita, bem como da própria política de desenvolvimento de Territórios Rurais Sustentáveis.

De maneira complementar, o Decoop/SDT, atendendo a demandas das próprias entidades parceiras, está investindo na estruturação de uma rede nacional de Bases de Serviços que ampliam técnica e politicamente o tecido social gerado para a continuidade da política.

Nesse contexto, encontra-se também em execução uma importante ação de formação, qualificação e organização de redes sociais (com processos de formação a distância, desenvolvimento de redes virtuais com enfoque na comercialização etc.), voltada para todos esses parceiros e agentes de dinamização econômica, ampliando a sustentabilidade da estratégia para os Territórios ao longo do tempo.

Entretanto, é importante compreender e superar desafios como:

- a garantia de uma maior inserção da estratégia de dinamização econômica na pauta e na lógica de organização dos Colegiados Territoriais para que os projetos priorizados a cada ano tenham maior coerência com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- o avanço nos processos de articulação e integração de políticas públicas, com maior envolvimento e pactuação tanto dos governos estaduais como das diversas estruturas da Federação (demais ministérios, secretarias etc.), propiciando maior convergência de esforços e resultados na ampliação do poder de governança da agricultura familiar e economia solidária na dinâmica econômica dos Territórios Rurais.

PARA MAIS INFORMAÇÕES E CONTATOS:

www.mda.gov.br/sdt

Decoop - (61) 2020-0875 e 2020-0873

ANOTAÇÕES

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

[illegible]